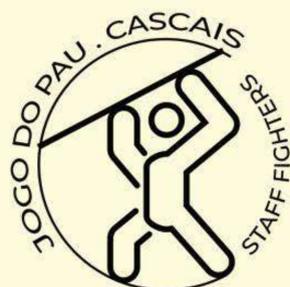


PAULO LOPES

O JOGO do PAU PORTUGUÊS

A ARTE MARCIAL PORTUGUESA
UMA TRADIÇÃO COM SÉCULOS DE PRÁTICA



PAULO LOPES

O JOGO DO PAU PORTUGUÊS

**A ARTE MARCIAL PORTUGUESA
UMA TRADIÇÃO COM SÉCULOS DE PRÁTICA**

“LENDAS”

Separata da Obra original





O Jogo do Pau Português – A Arte Marcial Portuguesa

Paulo Jorge da Silva Lopes

© Paulo Jorge da Silva Lopes, 2020. Todos os direitos reservados.

Apoio: Jogo do Pau Cascais – Staff Fighters

Prefácio: Mestre Ricardo Moura

O conteúdo deste livro – textos, ilustrações e imagens – é da inteira responsabilidade do autor.

Fotografia da capa (Forte de Santo António da Barra, em Cascais): Humberto Osório

Impressão e acabamento: Libéris – Print on demand

1.^a Edição: Novembro de 2020

ISBN [Edição Impressa]: 978-989-782-179-0

ISBN [Edição Digital]: 978-989-782-180-6

Depósito Legal N.º 475254/20

O leitor está perante uma separata da obra Jogo do Pau Português - A Arte Marcial Portuguesa, mais precisamente do capítulo VIII do mesmo.



A todos os mestres que sempre acreditaram e
que sempre deram o seu tempo e a sua dedicação
a esta arte tradicional de combate!
Graças a eles, após vários séculos de existência,
hoje é possível pratica-la na sua essência original!

Ao Mestre Ricardo Moura,
ao grupo Jogo do Pau de Cascais e
ao Frederico Martins,
como leal guardião do arquivo histórico.

Obrigado!



Introdução

O Jogo do Pau Português (JPP) é uma arte marcial tradicional portuguesa, em que a arma é um pau direito e liso, com altura aproximada de um metro e meio, praticada e documentada desde o séc. XVIII, podendo, no entanto, remontar a séculos anteriores.

Onde e como apareceu o JPP? Esta é a questão a que procurámos responder. Partindo de uma investigação histórica, recorrendo a diversos textos de obras clássicas, crónicas, relatos de folclore e até lendas populares, este estudo oferece um ponto de partida para abordar de forma sistemática a história do JPP.

Partiu-se de uma recolha exaustiva das fontes escritas disponíveis. Estas, infelizmente, não são muitas, como constatou igualmente o Mestre Frederico Hopffer no seu livro *O Jogo do Pau*, de 1924:

«O trabalho que vou começar, pretende mal remediar uma falta dos mestres e jogadores de pau, meus antepassados e contemporâneos, alguns dos quais com muito mais competência, poderiam ter dedicado uns momentos da sua atenção, para transmitir ao papel as suas impressões, com relação a este lindo género de sport, decerto de todos os que se praticam no nosso país, o que é mais genuinamente português.¹»

¹ Frederico Hopffer, "Duas palavras sobre o jogo de pau", Lisboa, 1924, p. 5

Mais recentemente, lê-se também no Desportos Revista, que é:

«(...) necessário não deixar morrer esta arte, este desporto tipicamente nacional. A todos os bons portugueses se lança este alerta, muito especialmente aqueles que gostam de exercício físico em geral e também a todos aqueles que têm a cargo a difusão do desporto no nosso país.»²

Contudo, a história desta arte marcial portuguesa ainda está por contar. Não existe um registo histórico detalhado, nem uma compreensão clara do que foram as origens desta arte, nem do seu desenvolvimento ao longo da nossa história. Este livro visa começar a responder a esta lacuna, com base num registo sistemático dos momentos-chave do desenvolvimento do JPP.

O pau foi seguramente a primeira arma usada pelo homem primitivo tanto para ataque, como para sua defesa. Esta arte de combate evoluiu juntamente com a tecnologia militar até ao aparecimento de outras armas mais eficazes, como as espadas, lanças e as de fogo. Contudo, não sendo as espadas baratas e de fácil acesso, o povo, com um pau, replicava a luta e a técnica das armas dos fidalgos.

Em Portugal, podemos encontrar vários relatos históricos deste meio de combate desde o período medieval, tanto em confrontos sociais, como em vários campos de batalha e até mesmo em duelos judiciais.

Enquanto à designação de *Jogo do Pau*, aliada a esta arte de combate, conseguimos ler as primeiras referências escritas só no séc. XVIII. Já no séc. XIX, a sua prática fazia-se somente nas regiões de Basto e do Barroso, vindo a expandir mais tarde, no final deste século para as grandes cidades, por via das migrações internas.

² Artigo em “Desportos revista”, 1983, p. 11



Até ao primeiro quartel do séc. XX, o JPP era um desporto nobre e de muita procura, pois apenas 10 minutos de lição correspondiam ao salário diário de um operário. Um operário não ganhava mais de quatrocentos reis por dia, ou quinhentos, ou seiscentos réis por dia em qualquer outro mister extenuante. Uma lição com um mestre do JPP era de facto algo bastante dispendioso e digno de respeito. Só veio perder expressão entre os anos 20 e 30 desse século com o advento dos desportos modernos, como o futebol, e após a proibição do seu uso pelo regime de Salazar nos anos 40 devido aos vários conflitos verificados até então nas exhibições, feiras e romarias³. Esta proibição viria de fato a mitigar os conflitos, no entanto, veio a curto prazo atrofiar um desporto, uma arte marcial genuinamente portuguesa.

Podemos encontrar no Portugal de hoje do séc. XXI, uma vasta indústria de artes marciais, parte delas nipónicas com milhares de praticantes federados. Uma verdadeira onda branca de quimonos totalmente alheia à arte marcial do seu próprio país, o Jogo do Pau. Parte pelo seu desconhecimento, outra pelo seu desinteresse.

Facto é que, caso o JPP fosse importado para um país mais exótico, este seria sem dúvida um verdadeiro sucesso!

³ Proibição suportada pela Lei que protegia os bons costumes. Diz o n.º 5 do artigo 14.º: “Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes”





«A tradição, em uma acepção muito mais geral, pode ser tanto escrita quanto oral, apesar de que, habitualmente, não sempre, ela deve ter sido antes oral na sua origem»

René Guénon (1886-1951)

As lendas são esboços exagerados da história, mas não deixam de ser história. É nisso que divergem de fábulas ou contos. A maravilha das lendas é que, por não serem factuais, estarão sujeitas a várias interpretações diferentes. O JPP está também presente em algumas lendas Portuguesas que passaremos a explorar neste capítulo.

1385. Aljubarrota. A Real Batalha

A Real Batalha, ou Batalha de Aljubarrota, decorreu em 14 de agosto de 1385, entre tropas portuguesas com aliados ingleses, sob o comando de D. Nuno Álvares Pereira, e o exército castelhano. A batalha deu-se no campo de São Jorge em Picoto, nas imediações da vila de Aljubarrota.¹ O resultado foi uma derrota definitiva dos castelhanos, onde 6 mil portugueses dispersaram em menos de uma hora um exército de 40 mil homens e asseguraram a independência do País.

O mais espantoso e determinante de tudo, é que durante todo o período da Crise de Portugal, entre 1383 e 1385, Mestre de Avis (D. João I) e D. Nuno Álvares Pereira (Santo Condestável) sempre foram ouvidos, obedecidos e seguidos pelo corajoso e valente povo “em armas”, ainda que fossem armados com um simples varapau.

¹ Batalha de Aljubarrota in Artigos de apoio Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-06-16]. Disponível na Internet: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$batalha-de-aljubarrota](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$batalha-de-aljubarrota)

A esta vitória é associada à figura lendária de **Brites de Almeida**, mais conhecida como a “a Padeira de Aljubarrota”, que com a sua pá terá morto sete castelhanos que se encontravam escondidos no seu forno.

Brites de Almeida – A padeira de Aljubarrota

Como qualquer lenda, há sempre um fundo verdadeiro, e na realidade, existiu, nessa altura, em Aljubarrota, como referem vários autores, uma padeira com o nome de Brites de Almeida ou Beatriz de Almeida.

Teria nascido em Faro, no ano de 1350, num seio familiar humilde. Consta que em criança já era alta, corpulenta, “feia” e muito forte, algo masculina. Resolvia tudo com violência e teria 6 dedos em cada mão², um verdadeiro virago de olhos muito pequenos, donde lhe veio a alcunha de *Pisqueira*.

O seu pai era estalajadeiro e possuía uma casa de pasto em Faro, onde Brites trabalhava, servindo os fregueses e os hóspedes. O filho do alcaide de Faro, que frequentava a estalagem, requestava a rapariga, mas não encontrando facilidades no seu desígnio, procurou conquistá-la pela força; vendo-se ofendida e desrespeitada, atirou-lhe à cabeça uma bilha de barro, que o feriu. Com medo de qualquer perseguição, Brites de Almeida saiu de Faro e fugiu para Lisboa.

Aos vinte anos ficou órfã, regressou à estalagem de que era a herdeira e arrendou uma quinta, aparentemente em Loulé, onde

² Portugal antigo e moderno dictionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias, Augusto Soares d’Almeida Barbosa de Pinho Leal, (obra concluída por Pedro Augusto Ferreira (Abade de Miragaia), Lisboa, Livraria Editora Mattos Moreira & Companhia, (12 vols.), 1873-1890



passou a viver. Há versões da lenda que dizem que vendeu os poucos bens que herdou e meteu-se ao caminho, andando de lugar em lugar e convivendo com todo o tipo de gente.

Aprendeu a manejar a espada e o pau com tal mestria que depressa alcançou fama de valente.

Duelo com varapaus

Apesar da sua terrível reputação, houve um soldado que, encantado pela sua valentia, a procurou e lhe propôs casamento. Brites, que não pretendia perder a sua independência, impôs-lhe a condição de lutarem antes do casamento. Ferindo-o de morte como resultado.

Maria João Lopo de Carvalho, no seu romance histórico «Padeira de Aljubarrota» consegue transmitir ao leitor como teria sido o derradeiro duelo entre Brites e o soldado.

«(...) puxando para baixo a túnica manchada, respirou fundo e desafiou-o:

– Queríeis casar comigo, soldado besteiro?

– Não quero eu outra coisa, mulher, pois que percorri muitas léguas para vos encontrar.

– Um desafio, Brites de Almeida?

– Uma justa a pé. Constou-me que sois um valente soldado! – disse ela, alcançando a espada que deixara por terra e erguendo-a no ar.

– Não serei capaz de disputar convosco senão o jogo do pau.

– Seja! – concordou, confiante, afastando os cabelos. – Olhando para vós, não me pareceis homem que desista sem que sequer haja tentado. Seja tal qual desejais. Se vencerdes, casarei convosco, conceder-vos-ei a minha virgindade. Mas tal como vos disse e repito, só o farei se me vencerdes.



Podeis confiar na minha palavra.

O soldado encolheu os ombros e ajeitou o saio, sabendo que, ao pau, ninguém o batia. Brites caíra na armadilha.

– Como sei que no jogo do pau o homem leva sempre a melhor, estou certo de que em breve sereis minha mulher.

– Veremos quem maneja melhor o pau. Se vós, com a vossa macheza, se eu com a minha dúzia de dedos. (...)

Alcançando dois varapaus de marmeleiro, com cerca de jarda e meia, que o mestre ali tinha e experimentando-lhes a resistência com o joelho, Brites cuspiu nas mãos para melhor agarrar na arma e encarou o homem. (...)

A necessidade que lhe aguçava a força e o engenho faziam com que crescesse e recuasse de forma célere e nunca vista, fletindo as pernas e fazendo rodar o pau em desenhos sarilhos. Tão hábil no manejo do pau como no da espada, baixou o pau e, numa pancada arrepiada, ceifou-lhe parte dos dentes, que tombaram no chão envoltos num fio de sangue.

– Ah, cão, que não sabeis com quem vos meteis! – trovejou Brites.

O homem cambaleou e falhou a defesa, mostrando-se vulnerável a novo ataque. Brites não deixou escapar a ocasião. Movida por uma força que desconhecia, desferiu-lhe uma sucessão de golpes em rotação, para depois, numa soberba bordoada, o atingir no peito, ao que o soldado caiu para trás, desamparado. (...) voltou atrás e encarou a multidão:

– Cuidai do homem, não vedes que está ferido?!

– Não está ferido, Brites – disse-lhe o mestre com a voz excessivamente grave. – Está morto. (...)

– Maus fados te esperam, pois que mataste o pobre soldado. É bom que fujas (...) Corre o mais depressa que as



*tuas poderosas gâmbias o permitam e não tornes mais a esta terra!»*³

Com receio da justiça, Brites fugiu para Castela de barco, o qual foi capturado por piratas mouros, tendo Brites acabado por ser vendida como escrava. Mais tarde, com ajuda de dois outros escravos portugueses, conseguiu fugir para Portugal.

Brites na batalha de Aljubarrota

Já em Aljubarrota, Brites tinha trinta e cinco anos quando se deu a batalha. Há autores que dizem que Brites pegou na primeira arma que encontrou e juntou-se ao exército português, outros, indicam que não entrou propriamente nesta batalha, isto porque a padeira não estava no campo da refrega; estaria em Aljubarrota e a batalha deu-se a onze quilómetros desta povoação. Relata Eduardo Marrecas Ferreira na sua pequena monografia:

*«Durante a batalha de Aljubarrota, Brites de Almeida, por entre o povo da vila, assistia ansiosa ao desenrolar da batalha de qualquer ponto elevado das cercanias, e muito folgou ao ver a derrota dos espanhóis.»*⁴

A presença de Brites no campo de batalha não é muito relevante, isto porque a lenda e o seu patriótico feito, foi após a vitória dos portugueses. Quando os soldados castelhanos, na sua fuga desordenada, passaram pela povoação de Aljubarrota e neste

³ Maria João Lopo de Carvalho, “Padeira de Aljubarrota”, Oficina do Livro, 2013

⁴ Eduardo Marrecas Ferreira, “Aljubarrota – Pequena monografia”, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1931



transe Brites empunhando a sua pá, matou uns soldados e perseguiu outros⁵. Segundo outros historiadores, os sete castelhanos que ela matou estavam escondidos dentro do seu forno.

A este respeito escreve o historiador *Pinho Leal*:

*«Consta que os tais sete castelhanos, vendo tudo perdido, e para escaparem à geral carnificina, achando a casa da Pisqueira abandonada (por a padeira andar entretida a caçar castelhano) se foram esconder dentro do forno. Foi ela ali dar com eles e agarrando na pá – quantos vivos rapuit, omnes esbarrigavit.»*⁶

Alexandre Herculano, referindo-se à padeira escreveu:

*«Este sucesso tradicional, quer real, quer fabuloso, tem em qualquer dos casos, um valor histórico, porque é um símbolo, uma expressão da ideia viva e geral aos portugueses daquele tempo, o ódio ao domínio estranho, o rancor com que todas as classes de indivíduos guerreavam aqueles que pretendiam sujeitá-los a esse domínio.»*⁷

Ainda segundo Herculano, a memória escrita mais antiga acerca da padeira de Aljubarrota é aquela a que alude *Fr. Manuel dos*

⁵ Após a batalha, no rescaldo, houve cerca de 5.000 baixas castelhanas. Número bastante elevado, considerando que só no campo de batalha perderam entre 4.000 a 6.000 soldados.

⁶ Portugal antigo e moderno dictionário geográfico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e grande número de aldeias, Augusto Soares d'Almeida Barbosa de Pinho Leal, (obra concluída por Pedro Augusto Ferreira (Abade de Miragaia), Lisboa, Livraria Editora Mattos Moreira & Companhia, (12 vols.), 1873-1890

⁷ Alexandre Herculano, “Lendas e Narrativas”, 1851



Santos. Diz este que *Fr. Francisco Brandão*, no ano de 1642. isto é, dois séculos e meio depois da batalha:

«(...) fez tirar um sumário de testemunhas na vila de Aljubarrota em que juraram as pessoas mais antigas daqueles sítios e de qual consta ter-se aí conservado inalterável a tradição daquele sucesso, guardando-se a pá nos Paços do Concelho, a qual era de ferro com um cabo mais moderno de pau.»⁸

Esta pá de forno foi religiosamente guardada como estandarte de Aljubarrota por muitos séculos e fazia parte da procissão do dia 14 de agosto.

Considerando-se que a região nortenha foi o berço do Jogo do Pau, seria possível a existência de um duelo («contra-jogo») com varapaus na zona mais a sul de Portugal? E no séc. XIV? Ou teria sido antes um duelo com espadas? Há autores que citam que a morte do oponente foi «no fio da sua própria espada». Podendo o manejo do pau ter sido adicionado à lenda ao longo dos tempos, para reforçar a mestria do uso da pá da padeira.

Mesmo não havendo a prática do Jogo do Pau nessa região no séc. XIV, Brites viajou entre Faro e Lisboa quando moça. Podendo esta ter aprendido o manejo do pau com um mestre nortenho. Facto é que, já em 1385 o povo ajudou o exército português na batalha com foices, forquilhas e varapaus e Brites, no final da mesma, ainda matou sete castelhanos à “pausada”.

«(...) Brites de Almeida abatera sete castelhanos com a pá do seu forno (...) Negociava em gado e batia-se a varapau de feira em feira.»⁹

⁸ Idem, Ibidem

⁹ Rocha Martins, “História de Portugal”, Editora: Diário de Notas, 1930



«(...) ficou a lenda da padeira de Aljubarrota, Brites de Almeida, grande jogadora de pau, a valentona que se diz ter morto com a pá do ofício sete castelhanos foragidos à derrota que se haviam escondido num forno»¹⁰



Painel de azulejo azul

¹⁰ Jorge Tavares, “Aljubarrota – A Batalha Real”, Lello & Irmão – Editores, Porto, 1985. p.102

A padeira de aljubarrota

*«Chamava-se Brites de Almeida.
Era ossuda e muito feia e trazia seis dedos em cada mão.
Em Aljubarrota no dia 14 de agosto de 1385 pegou na
primeira arma que achou e juntou-se as destemidas hostes
portuguesas. Entre outros, matou sete castelhanos com a pá
do seu ofício»*

1387. Melgaço. Inês Negra e a “Arrenegada”

Ainda no contexto da crise de sucessão de 1383-1385, dois anos após a batalha de Aljubarrota, havia no país algumas povoações ocupadas que resistiam ferozmente às investidas dos portugueses, mantendo-se fiéis a Castela.

Era o caso de Melgaço, cujo castelo era governado por um alcaide castelhano *Álvaro Paez de Souto Maior*. Nessa qualidade, o castelo de Melgaço sofreu em 1388 o assédio das forças portuguesas. A campanha caracterizou-se por uma série de assaltos e escaramuças, onde se defrontaram a nobreza, encastelada nos muros da vila e as classes populares, fora de muros, no chamado arraial¹¹.

Inês Negra (segundo o Conde de Sabugosa – seria uma mulher de cabelo negro, encrespado, pele escura e curtida pelo sol, corpo musculado, olhos cor de fogo, e um rosto magro com bigode) juntou-se ao exército, mas, segundo alguns narradores, as duas fações nunca chegaram a defrontar-se.

A batalha travou-se entre Inês Negra e uma sua inimiga de longa data, a “**Arrenegada**”, que sendo portuguesa de nascimento, tinha optado por apoiar os castelhanos (daí o nome de arrenegada).

¹¹ Acampamento montado temporariamente fora das muralhas para manter o cerco



A lenda diz que a “Arrenegada” desafiou Inês Negra do alto das muralhas, propondo que a contenda fosse resolvida entre ambas com o acordo do exército castelhano.

D. João I assistiu espantado à resposta de Inês Negra que dizia aceitar o desafio e ambos os exércitos concordaram com este duelo.

Não se sabe ao certo como é que foi construída a narrativa da lenda nem a origem do nome “Inês Negra”. A lenda é contada de diferentes maneiras e com mais ou menos pormenores, mas essencialmente encontramos duas versões mais credíveis.

1. Duelo de varapau

Uma das versões da lenda dita que o duelo se inicia com varapaus e que estes se partiriam, levando o duelo a continuar às «unhadas, às dentadas e arrancando cabelos». Como relata Álvaro Capelo:

«A “arrenegada” saiu por um postigo da fortaleza, avançando com um nodoso bordão. Foi estrondosa a gritaria do povo ao avistar a “arrenegada”.

Foi logo impetuoso o primeiro embate das justadoras. O choque foi tremendo, e num instante, os bordões quebraram-se. Agora, sem armas, atirando-se uma à outra com rancor, rasgavam reciprocamente as carnes com as unhas e os dentes.»¹²

Leite de Vasconcelos, não nos diz que armas foram usadas, mas partiram-se:

¹² Álvaro Capelo, “Lendas do Vale do Minho Valença”, Associação de Municípios do Vale do Minho, 2002, p. 60-61



«Inês Negra (a desafiada) aceitou o repto e dirigiu-se logo para o ponto designado, que era a meia distância do arraial da vila. Já lá estava a arrenegada, (como então se dizia) e o combate começou encarniçado, terrível e desesperado, como duas viragos, ferindo-se com as mãos, unhas e dentes, depois de partirem as armas de que vieram munidas (ignorando-se que armas fossem). A agressora ficou debaixo e teve de retirar para a vila, corrida, ferida e quase sem cabelo, «levando nos focinhos muitas nódoas das punhadas da de fora», que ficou vitoriosa.»¹³

2. Duelo de espada, seguido de forquilha e varapau

Outra versão, mais popular, dita que Inês Negra, defrontou a sua inimiga de espada na mão. Onde as duas mulheres atacavam e defendiam com toda a sua força, até que a “Arrenegada” traidora, com um golpe fortíssimo, faz saltar a espada das mãos de Inês. Esta furiosa tirou uma forquilha da mão de um camponês e fez-se à luta, procurando atingir a “Arrenegada” nas pernas. Sentindo-se em desvantagem, devido ao peso excessivo da espada, esta atirou-a fora e pegou num varapau que quebrou com fúria nas costas de Inês. Louca de fúria e de dor, Inês Negra largou a forquilha e atirou-se com unhas e dentes à sua oponente, rolando ambas no chão empoeirado.

A vitória de Inês

No meio da confusão de gritos e poeirada, um grito de dor gelou a assistência, que não conseguia perceber qual das duas vencera.

¹³ José Leite de Vasconcelos, “Contos Populares e Lendas II”, Coimbra, por ordem da universidade, 1966, p. 688



Foi então que a “Arrenegada” se levantou e fugiu para o castelo, completamente humilhada pela Inês Negra que exibia nas mãos ensanguentadas madeixas da cabeleira da inimiga.

Levantou-se logo ali um clamor geral de vitória por parte dos portugueses, a mulher vitoriosa subiu então às muralhas e pronunciou as palavras:

«– *Mas vencemos-te!*
Tornaste ao nosso poder. És do rei de Portugal!»

No dia seguinte, os castelhanos abandonaram Melgaço e D. João I quis recompensar a heroína, mas esta respondeu que estava plenamente recompensada pela sova que tinha dado à sua inimiga.

Fatos históricos escritos

Em termos de relatos históricos, as únicas citações escritas que existem são de dois cronistas, **Fernão Lopes**, nas *Crónica do Rei D. João I*, em 1443, e de **Duarte Nunes de Leão**, que coloriu esta história com detalhes literários em 1610.

Fernão Lopes conta na sua *Crónica de D. João I* que:

«*E em esse dia escaramuçaram duas mulheres bravas, uma da vila e outra do arraial, e andaram ambas aos cabelos e venceu a do arraial, como mais costumada a andar na guerra.*»¹⁴

E Duarte Nunes de Leão:

¹⁴ Fernão Lopes, “Crónica de D. João I, 3.ª parte”, 1443



«(...) e com licença do capitão saiu fora dos muros para escaramuçar com ela: e vindo a as mãos e perdidas ou gastadas as armas que traziam, andaram na luta tanto que deram grande prazer aos de dentro e aos de fora que as viam. Em fim aproveitaram-se das mãos, das unhas e dos dentes quanto puderam.»¹⁵

Justiça de Fafe Com os de Fafe ninguém fanfe

A *Justiça de Fafe* é o símbolo que mais caracteriza a cidade. Falar de Fafe, para muitos, é falar da «Terra da Justiça» e consequentemente da lenda «Com Fafe Ninguém Fanfe».

A versão mais conhecida data do séc. XIX e foi objeto de um longo poema de Inocência Carneiro de Sá (o Barão de Espanha Brasas). Este narra um episódio que teve lugar no século XVIII, de que foi protagonista o Visconde Moreira de Rei, um político influente no concelho e homem de bem, mas incapaz de levar insultos para casa.

Sendo deputado nas Cortes, terá chegado atrasado a uma sessão previamente marcada daquele órgão monárquico, pelo que terá sido censurado grosseiramente por um marquês, também deputado, que chegou ao ponto de lhe chamar «cão tinhoso». O visconde fingiu que não ouvir o impropério, mostrando-se bastante tranquilo durante a sessão.

Contudo, terminada esta, interpelou o marquês, repreendendo-o pelas palavras ofensivas que lhe havia dirigido. Em vez de pedir desculpa como mandaria o bom senso, arremessou-lhe as luvas no rosto, provocadoramente, convocando-o para um duelo.

¹⁵ Duarte Nunes de Leão, “Descrição do Reino de Portugal”, Lisboa 1610, p. 150



Ao ofendido competia escolher as armas. Quando toda a gente pensava que iria preferir as habituais espadas ou pistolas, o visconde apresentou-se para a contenda munido, apenas, de dois resistentes varapaus. O marquês não sabia manejar esta arma grosseira, mas o visconde que era perito na arte do jogo de pau, muito tradicional na região, espancou o seu opositor. À gargalhada geral perante o acontecimento, os populares que haviam presenciado não se contiveram e gritaram: «viva a justiça de Fafe».

Uma outra versão, conta-nos as consequências de um pedido de casamento por parte de um lisboeta. Na altura de celebrar o casório, o noivo recusou-se a casar. O pai da rapariga perseguiu-o e aplicou-lhe a «a justiça de Fafe» (ou uma valente tarefa).



Acima podemos ver o monumento à *Justiça de Fafe*, evocativo desta tradição e da autoria de Eduardo Tavares, foi inaugurado a 23 de agosto de 1981 na Rua João XXIII. Consiste numa estátua com a particularidade de representar um homem a bater num outro com um ... pau (e não uma vara), tendo sido colocado nas



traseiras do tribunal de Fafe, insinuando que quando a justiça oficial não funciona, a mão popular apresenta-se, e assim: “com Fafe ninguém fanfe”.¹⁶

A lenda dos quatro irmãos Um amor decidido à paulada

Em São Martinho de Sande, em pleno Minho, nas faldas da Serra da Falperra, existe à beira da antiga estrada Real que ligava Guimarães a Braga, quatro penedos que parecem tampas de sepulturas, onde deu-se o nome de (quatro irmãos) e onde reza uma lenda local.

Segundo a tradição oral, existia quatro irmãos destes sítios, órfãos de pai e mãe que eram bastante unidos, amigos e valentes jogadores de pau.

Os quatro amavam Maria do Carmo, uma formosa menina, sobrinha do Abade da Freguesia.



Lápide dos Quatro Irmãos

¹⁶ Câmara Municipal de Fafe. [consult. 2019-07-12]. Disponível na Internet: <http://www.cm-fafe.pt/conteudo?item = 31287>



Ardendo em amor e ciúme, os quatro irmãos reptaram-se para neste lugar decidirem à paulada, quem havia de casar com a rapariga. Três ficaram logo mortos no campo, e o quarto, que ainda viveu algumas horas é que contou tudo ao Abade, que os mandou enterrar no sítio da contenda, que se ficou a denominar a Terra dos Quatro Irmãos. E, mais modernamente, apenas Quatro Irmãos.



«Não sei com que armas se lutará na III Guerra Mundial, mas sei que na IV Guerra Mundial se lutará com paus e pedras...»

Albert Einstein